

# Compromisso de Campinas pela IA Ética e Soberana

## Sobre este Manifesto

O **Compromisso de Campinas pela IA Ética e Soberana** é resultado das reflexões, debates e diálogos realizados ao longo dos encontros do **InPacto**, iniciativa promovida pelo **CPDI Ibrachina Ibrawork** no Parque Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Os encontros reuniram pesquisadores, gestores públicos, lideranças empresariais, especialistas e representantes da sociedade civil com o objetivo de discutir os desafios e oportunidades da Inteligência Artificial (IA) para o desenvolvimento do Brasil, considerando suas dimensões tecnológicas, econômicas, sociais, éticas, ambientais e democráticas.

O presente documento foi organizado e redigido pelos professores **Reinaldo Dias** e **Li Li Min**, com base nas contribuições apresentadas pelos participantes dos encontros e nos temas desenvolvidos nesta obra. Seu propósito é oferecer princípios orientadores e recomendações para a construção de uma IA comprometida com a soberania tecnológica, a democracia, o desenvolvimento humano, a sustentabilidade e a cooperação internacional.

Este manifesto não constitui posicionamento oficial das instituições às quais os participantes estão vinculados, mas sim uma síntese das discussões realizadas no âmbito do InPacto e uma expressão coletiva das reflexões construídas ao longo desse processo.

Esperamos que este manifesto contribua para o debate público sobre os rumos do Brasil na era da Inteligência Artificial e inspire pesquisadores, empreendedores, gestores públicos, parlamentares, governantes e lideranças da sociedade civil a promover e apoiar os princípios aqui apresentados, fortalecendo a construção de uma IA ética, soberana, inclusiva e orientada ao desenvolvimento humano.

## Princípios para o Desenvolvimento Humano, a Democracia e a Soberania Tecnológica do Brasil

### I. A Inteligência Artificial como questão estratégica nacional

A IA é uma tecnologia de uso geral que supera em alcance transformador todas as revoluções anteriores, incluindo a eletricidade e o motor a vapor. Ao contrário delas, não reorganiza apenas processos físicos e econômicos: é capaz de automatizar funções cognitivas e de aprimorar-se a si mesma, o que representa uma ruptura sem precedente na história humana. O Brasil dispõe de vantagens estruturais que o habilitam a ocupar uma posição protagonista nessa nova ordem tecnológica: a diversidade de biomas e o potencial da

bioeconomia; uma matriz energética predominantemente limpa; o SUS, com seu imenso e diversificado banco de dados populacionais; um ecossistema financeiro digital entre os mais avançados do mundo; e a densidade continental do território, que é em si um laboratório de soluções para desafios logísticos globais.

Esse potencial, no entanto, permanece subutilizado. O principal gargalo é a dependência de infraestrutura cognitiva estrangeira: o país é, em larga medida, consumidor de tecnologia produzida fora de suas fronteiras, com riscos crescentes de neocolonialismo digital. Instalar data centers de empresas estrangeiras em solo brasileiro, sem contrapartidas em inovação e formação de capital humano local, não é soberania, é exportação de commodities de dados.

## **II. Regulação ética e democrática**

Regular a IA não é restringir a inovação: é garantir que ela ocorra a serviço da sociedade e não contra ela. A experiência europeia com o AI Act demonstra que é possível estabelecer marcos legais que classifiquem riscos, protejam direitos fundamentais e preservem o dinamismo do setor. O Brasil deve aprender com esse modelo sem abrir mão de adaptá-lo ao contexto nacional.

O Projeto de Lei 2338/2023, que tramita no Congresso, é um passo necessário, mas sua eficácia depende da resistência a pressões que buscam enfraquecê-lo. Casos como as prisões injustas por falhas em sistemas de reconhecimento facial, o uso não autorizado de obras artísticas para treinar modelos e a difusão de desinformação por algoritmos em períodos eleitorais evidenciam que a ausência de regulação não é neutra: ela favorece quem já detém o poder.

### **Defendemos:**

- Aprovação de marco legal que classifique riscos, garanta accountability algorítmica e proteja direitos fundamentais, com especial atenção a populações historicamente discriminadas;
- Transparência obrigatória em sistemas de IA usados na gestão pública, com mecanismos de auditoria independente;
- Proibição ou regulação rigorosa de sistemas com risco inaceitável, como vigilância em massa e manipulação comportamental;

## **III. Soberania tecnológica e infraestrutura própria**

A soberania digital implica ter infraestrutura própria de processamento de dados, modelos de linguagem que reflitam a cultura e a língua portuguesa, e capacidade de reter pesquisadores e desenvolver soluções nacionais. O Nordeste brasileiro, com seu excedente de energia solar e eólica, oferece condições únicas para abrigar data centers sustentáveis.

O Plano Brasileiro de IA, com investimento previsto de R\$ 23 bilhões entre 2025 e 2028, é um início promissor. Sua execução, porém, exige governança rigorosa, prioridade ao

desenvolvimento de soluções locais e formação de capital humano qualificado, sem o que os recursos se converterão em mais dependência.

#### **IV. Educação, formação humana e pensamento crítico**

A IA modifica profundamente os processos de aprendizagem. A facilidade de obter respostas prontas reduz o esforço cognitivo e, com ele, o desenvolvimento da memória, do raciocínio lógico e da capacidade crítica. Delegar tarefas à IA sem compreender o processo equivale a terceirizar a própria responsabilidade intelectual.

Ao mesmo tempo, a IA oferece uma oportunidade histórica: escalar a tutoria personalizada, até então financeiramente inviável e ampliar o acesso a uma educação de qualidade para populações vulneráveis. Experiências com alunos de escolas públicas demonstram que sistemas adaptativos, quando bem calibrados e acompanhados de professores capacitados, podem transformar trajetórias de vida.

#### **Para isso, é necessário:**

- Integrar a educação para o uso crítico da IA nos currículos da educação básica e na formação de professores;
- Superar o abismo digital que ainda exclui milhões de brasileiros do acesso à internet de qualidade;
- Tratar a IA como ferramenta de aumento cognitivo, não de substituição do pensamento humano.

#### **V. IA na gestão pública e nas cidades**

A IA pode tornar a gestão municipal mais eficiente, transparente e responsiva, da otimização da coleta de resíduos ao planejamento urbano por gêmeos digitais, dos indicadores de desenvolvimento sustentável à fiscalização de contratos públicos. Campinas, como polo tecnológico com vocação inovadora reconhecida, é um território natural para pioneirismos nessa direção.

O uso de IA na gestão pública, porém, exige cautela. Sistemas de vigilância, reconhecimento facial e tomada de decisão automatizada devem ser submetidos a controle democrático, com responsabilidade jurídica clara e mecanismos de revisão humana. O uso informal de ferramentas de IA por servidores sem institucionalização adequada, o chamado *shadow AI*, é um risco real que precisa ser endereçado com políticas públicas, não ignorado.

#### **VI. Inteligência Artificial, Sustentabilidade e Ação Local**

A crise climática e os desafios do desenvolvimento sustentável exigem respostas globais, mas sua implementação ocorre nos territórios. A IA oferece novas possibilidades para que municípios, estados e comunidades planejem, monitorem e executem políticas públicas mais eficientes, transparentes e orientadas por evidências.

Pensar globalmente e agir localmente deve ser um dos princípios orientadores da estratégia brasileira para a IA. Tecnologias inteligentes podem apoiar o monitoramento ambiental, a gestão de recursos hídricos, a prevenção de desastres, a mobilidade urbana, a eficiência energética e a construção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis.

O Brasil possui condições únicas para liderar iniciativas que integrem IA, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. A diversidade de seus territórios oferece oportunidades para o desenvolvimento de soluções replicáveis em diferentes contextos nacionais e internacionais.

## **Defendemos:**

- A utilização estratégica da IA para apoiar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Fortalecimento de práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança) para a promoção de transição ecológica e resiliência climática.
- O fortalecimento da capacidade dos municípios para utilizar dados e sistemas inteligentes na formulação de políticas públicas;
- O desenvolvimento de soluções voltadas à adaptação climática, prevenção de desastres e gestão sustentável dos recursos naturais;
- A promoção de cidades inteligentes centradas nas pessoas, na inclusão social e na sustentabilidade ambiental;
- O estímulo a projetos-piloto que transformem os territórios em laboratórios vivos de inovação para os desafios do século XXI.

## **Convite aos Candidatos e Candidatas de 2026**

Este documento é enviado a candidatos e candidatas nas eleições de 2026 como um convite ao diálogo e ao compromisso público. Esperamos que os representantes eleitos:

- Apoiem a aprovação de um marco regulatório para a IA que seja robusto, democrático e atento às especificidades brasileiras;
- Defendam investimentos em infraestrutura tecnológica própria, formação de pesquisadores e desenvolvimento de soluções nacionais;
- Promovam políticas educacionais que integrem o uso crítico da IA e reduzam as desigualdades de acesso digital;
- Adotem, nas administrações municipais e estaduais, modelos de governança transparente para o uso de IA em serviços públicos;
- Resistam às pressões que buscam subordinar o interesse público aos interesses de grandes plataformas tecnológicas.

## **O Nosso Compromisso**

Campinas ocupa uma posição singular nesse debate: é, ao mesmo tempo, um dos maiores polos de inovação da América Latina e uma cidade que convive com desafios sociais, ambientais e econômicos que refletem a realidade brasileira. Essa condição não é uma contradição, mas uma oportunidade. Pensar globalmente e agir localmente significa transformar nossos territórios em espaços de experimentação, aprendizagem e construção de soluções para os desafios do século XXI.

O Brasil já demonstrou em diversos momentos de sua história a capacidade de construir respostas inovadoras para problemas complexos. A revolução da IA oferece uma nova oportunidade de afirmar essa vocação. O futuro não será determinado apenas pela tecnologia que desenvolvemos ou utilizamos, mas pelos valores que escolhermos preservar e promover.

Por fim, o Compromisso de Campinas faz um convite amplo aos pesquisadores, educadores, empreendedores, gestores públicos, parlamentares, governantes e lideranças da sociedade civil a unir esforços na construção de uma IA ética, soberana, democrática e orientada ao desenvolvimento humano. Uma IA que fortaleça a inovação, reduza desigualdades, promova a sustentabilidade e coloque a tecnologia a serviço das pessoas, das comunidades e do futuro do Brasil.

### **Lista de Participante do Evento – dia 08.06.2026**

Thomas Law  
Ana Ou Law  
Maria Teresa de Oliveira  
Reinaldo Dias  
Tak Chung Wu  
Li Li Min  
Pia Passeto  
Christopher Way Lung Wu  
Marcos Boni  
Camila Dayana Sousa Lopes  
Alana Marcela Ferreira Dutra  
Maria Carolina Santos Mendes  
Luiz Augusto Toledo  
Rita de Cassia Ietto Montilha  
Leidcler da Silva Oliveira Custódio  
Luiz Claudio de Aguiar  
Maria José de Oliveira de Aguiar  
Celine Hayashi  
Derick Zheng  
Li Hui Ling  
Caroline Nais  
Luciano Eduardo Caciato  
Angelica Soares  
Tatiane Silva de Aguiar  
Leonardo Moreira da Silva  
Isabela Sacco Teopald  
Waldemar Felipe  
Melissa Zheng  
Gabriel Gong

Jonas Wu  
Mateus Rosa Farias  
Adriana Keiko  
Zheng Jiz Bo  
Thiago Wang  
Guiliano Pratelezzi Deneno  
Hemerson Gabriel Silva  
Daniel Ferrari